

O BUMBA-MEU-BOI E AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS NOS ESPAÇOS DE CONFLITOS: “CENTRO X PERIFERIA” NA CIDADE DE SÃO LUIS-MA (1890-1920)*

Wagner de Sousa e Silva**

RESUMO

Este trabalho aborda as práticas do Bumba-meu-boi no Maranhão, especificamente em São Luis, no período de 1890 a 1920. O foco temático gira em torno das perseguições ao Bumba-meu-boi, cometidas pelas autoridades policiais e governamentais, por meio de decretos e códigos de posturas, que visavam disciplinar as manifestações populares e o espaço. Também é analisada a resistência dos manifestantes, ou seja, dos brincantes daquela festança que, apesar das perseguições, continuaram praticando e transmitindo a sua atividade cultural por muitas gerações. O recorte temporal do estudo, referente às três primeiras décadas da República brasileira, foi delimitado por ser o período em que a resistência referida foi identificada nas fontes documentais de forma intensa. A pesquisa tomou por base documental jornais de época, documentos oficiais do Governo do estado do Maranhão, além de bibliografia sobre o tema.

Palavras chaves: Bumba-meu-boi – Cultura popular – Cultura Histórica – Resistência – Maranhão – História.

ABSTRACT

This dissertation presents the *Bumba-meu-boi* practices in Maranhão, specifically in São Luis, in the period from 1890 to 1920. It focuses around how *Bumba-meu-boi* was persecuted by the police and the government, whose objective was to discipline the popular expressions and the urban space, through laws, ordinances and codes. The analysis also concentrates on the resistance from the popular artists, that is, the folk involved in that popular celebration that, despite the persecutions, kept practicing and teaching their cultural activity for many generations. The time focus of the study, referring to three first decades of Brazilian Republic, was defined because it was identified in the documents researched as the period in which that

resistance was intense. The databases of the research are newspapers from the period, official documents from the Maranhão Government, as well as some bibliography about the subject.

Key Words: Bumba-meu-boi – Folk Culture – Historical Culture – Resistance –
History of Maranhão (Brazil)

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste trabalho está associada à: importância que essa manifestação cultural do bumba-meu-boi possui no estado do Maranhão. E, também, para demonstrar aos leitores que as notícias sobre a brincadeira nem sempre foram “positivas”. Para que ela fosse reconhecida como o é hoje, passou por um longo processo de perseguição, para atingir o patamar que adquiriu na atualidade, até elevar a cidade de São Luis-MA à categoria de Capital Cultural.

Parece contraditória essa opção de estudo, tendo em vista que o folguedo é considerado o cartão postal da cidade, através dos seus *outdoors* espalhados por toda a urbe, e, de propaganda televisiva, recebendo, inclusive, investimentos estatais, pois serve para aquecer a economia, em virtude do turismo que vem crescendo muito na região, nos meses de junho e julho, por conta das apresentações das brincadeiras de bumba-meu-boi. Então, por que perseguir esses grupos que contribuem para os lucros da capital? Por que perseguir os brincantes, como aparecia estampado no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 1920: “*É expressamente proibido tocar bomba no perímetro urbano assim como fazer brincadeira de bumba-meu-boi*”? A história recente do bumba-meu-boi é uma outra história, de um outro tempo/contexto histórico, a merecer outros estudos. Mas esta história recente só será compreendida se analisarmos como a brincadeira foi se instituindo de perseguida a reconhecida.

Ao dar início a essa pesquisa, sobre o tema bumba-meu-boi, em perspectiva mais diacrônica, fez-se necessário estabelecer alguns recortes: temporal, temático e espacial. A respeito do primeiro recorte, precisamos fazer uma breve narrativa de nossa experiência de pesquisa, como chegamos a delimitar o período de 1890 a 1920, para situar o leitor.

A idéia inicial começou quando escolhemos o tema, sob um viés ainda pouco pesquisado no Maranhão. De imediato, nos deparamos com alguns empecilhos: como apresentar uma nova discussão acerca das brincadeiras, se os Departamentos das

Universidades maranhenses estão repletos de monografias e dissertações sobre a manifestação do bumba-meu-boi? .

Diante desse quadro, não desanimamos e contornamos as dificuldades iniciais, diagnosticando que seria fundamental consultar o que já se tinha produzido, justamente para apresentar algo diferente. Diante das consultas aos referidos departamentos, notou-se que a maioria dos trabalhos se prendia mais às festas propriamente ditas, às indumentárias, a sotaques, à representação social dos folguedos, ao turismo cultural, enfim, temáticas, de certo modo, referindo-se a períodos recentes da história e cultura maranhenses. As referências mais antigas que se faziam, datavam da segunda metade do século XX, embora alguns autores citem, esporadicamente, alguns registros do século XIX, mas não algo propriamente específico, como por exemplo, abordar a história da brincadeira no século XIX.

Então, encontramos aí a brecha que nos proporcionaria uma visão inovadora sobre a brincadeira, que seria: historicizá-la nos fins do século de XIX e início do século XX. Daí resultou nosso recorte temporal.

Delimitado nosso recorte temporal, veio à tona outra dificuldade: o que abordar sobre o bumba-meu-boi no período supracitado? Inicia-se a segunda etapa da pesquisa, estabelecer em que perspectiva o trabalho se desdobraria. Dentre escolhas possíveis, a dúvida entre *perseguição e resistência* nos rondava. Analisando esse quadro, refletimos: só existe resistência, se houver perseguição, são conceitos que se completam. Ocorreu-nos Thompson (1981), que dizia que só existe o escuro porque existe o claro.

Quando se estabeleceu que o foco do trabalho fossem as relações de perseguição e resistência ao bumba-boi, nos direcionamos ao campo de pesquisa das fontes documentais, e foi, quase de imediato, notar a escassez de tais fontes sobre o período abordado por esse trabalho. Mas, nós historiadores, imbuídos de mostrar à sociedade que as histórias silenciadas são tão histórias (processos) quanto às escritas, embora ainda não historiografia, tratamos de problematizar e contornar essa situação, começando a questionar a própria escassez. O que faziam as autoridades para ocultar esses atores sociais? E os manifestantes, que estratégias adotavam para driblar os mecanismos de controle do sistema governamental? Perguntas essas cujas respostas, no transcurso do trabalho, serão narradas.

Neste período de transição para o século XX, era difundida no Brasil a idéia de progresso, o fascínio pelo *novo*, em contraste com o *velho*. O popular soava, para os arautos do progresso, como sinônimo de *velho*, e de *barbárie*, precisando ser eliminado, tendo em vista que a sua presença nas ruas já significaria uma *atraso*, como diz, plausivelmente, Margarida Neves (1994).

O bumba-meu-boi inserido nesse contexto, expresso e representado na figura de seus populares, seria, em conseqüência, qualificado e/ou estereotipado como *selvagem*. A brincadeira não seria bem vista pela sociedade ludovicense, isto porque a abolição não acabara com o preconceito com os negros, e nem lhes propiciara um novo trabalho. Ao andarem pelas ruas expondo suas brincadeiras, os negros eram (des) qualificados como *vagabundos*. Essa desqualificação vinha do tempo da própria escravidão, por tanto, mesmo quando os negros trabalhavam pesado..

De várias maneiras, procurou-se combater os brincantes do folguedo: primeiro por serem negros, associados à escravidão; segundo, por estarem à margem do social, nas periferias, visto como anti-civilizados, e, por último por serem populares, avessos aos valores que se pregavam na época, referendados na *belle époque* francesa.

Em *Os Bestializados*, José M de Carvalho (1987) discute a participação popular na instalação do regime republicano, no Rio de Janeiro. Ele diz que os negros estavam entre os mais perseguidos pelo regime. Contudo, o autor lembra que aquela população indesejada pelo regime não deixaria de participar da vida da cidade, ainda que dividida em suas repúblicas

Consultando os documentos do período em São Luís, percebemos que, apesar das perseguições, os brincantes do BMB (Bumba-meu-boi) encontraram algumas estratégias de resistência que permitiram a sua participação na República que ora se instalara na cidade. A princípio, a dança foi proibida no centro da cidade; depois, normatizada, com data e hora marcada; outras vezes, imposta pelos seus brincantes e muitas vezes, praticada com a participação da própria sociedade que a denunciara.

A questão que se coloca à análise é: o que levava a sociedade ludovicense a denunciar e, ao mesmo tempo, participar das festas do bumba-meu-boi? Qual o significado da normatização da festa? Quais as estratégias de resistência dos brincantes?

Explorar a relação entre as práticas do Bumba-meu-boi e a cidade de São Luís, nos primeiros anos da República, possibilita outra visão da história da cidade, ainda pouco explorada pela historiografia maranhense. Encontramos poucos trabalhos sobre o tema, como *História do Maranhão*, de Carlos Lima, e monografias sobre o contexto do Maranhão republicano e alguns artigos que se referem à temática. Uma história da participação popular no Maranhão republicano constitui uma importante página para a história do Maranhão e da República brasileira.

Para execução deste trabalho, foram necessárias visitas constantes ao Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEMA, onde encontramos alguns documentos oficiais, que aguçaram o nosso olhar de pesquisador, tais como: Códigos de Posturas Municipais,

Diário Oficial do Estado do Maranhão, Requerimentos e Petições ao Chefe de Polícia do Estado do Maranhão. Quanto às fontes hemerográficas: *O Pacotilha*, *Diário do Maranhão*, *O Jornal*, entres outros periódicos, foram identificados e pesquisados, além de algumas fotografias do período, encontradas no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite –BPBL. De posse de preciosos documentos, montamos uma espécie de banco de dados, catalogando e digitando os dados apurados no decorrer da pesquisa.

Analisando as fontes catalogadas, foi-nos possível perceber um período de perseguição ferrenha às brincadeiras populares, bem como o disciplinamento dos espaços citadinos. Constatou-se que, por volta de 1880 a 1890, praticamente todas as licenças de bumba-boi foram indeferidas. Percebeu-se, ainda que, as licenças começaram a serem concedidas como resultante do processo de resistência dos manifestantes.

Tornou-se pertinente investigar como esses brincantes colocavam sua brincadeira todos os anos para desfilar pelas ruas de São Luís, no período junino, bem no ápice do período em que a capital comungava com os ideais de *hegemonização cultural*, onde qualquer manifestação popular era vista como *atraso social* e sinônimo de *barbárie*, sofrendo, assim, inúmeras perseguições tanto das autoridades quanto das elites ludovicenses, talvez por ser um festança composta, em sua grande maioria, por brincantes negros.

Traçando paralelos com a realidade nacional, no que diz respeito ao processo de *regeneração*, tanto do ponto de vista da cultura material quanto imaterial, e das intenções de homogeneizar as culturas, talvez uma forma de conter a cultura popular, tendo em vista que a sociedade brasileira se mirava em modelos culturais europeus, sobretudo franceses.

São Luis também sofreu influência de tais idéias, que foram comprovadas na documentação utilizada nesse trabalho, apontando que se pretendia disciplinar os espaços da cidade. Os discursos da disciplinarização, em muitas capitais, confundia-se com os dos sanitaristas, que julgavam os populares como responsáveis pelos surtos epidêmicos.

Enfim, estabelecemos a distinção entre o “centro” e os “subúrbios”, bem como a atuação do folguedo nestes respectivos locais. Detectamos que a diferença entre ambos não se limitava apenas a questões geográficas estritas, ou seja, por delimitação de espaço físico, mas transcendiam para dimensões socioeconômicas, políticas e culturais. De um lado, o “centro” elitizado que procurava, a todo custo, banir, ou pelo menos controlar, as brincadeiras, impedindo as mesmas de invadirem o perímetro urbano; em contraste com os “subúrbios”, locais de atuação do bumba.

O sítio do Anil adquiriu o status de *Centro dos Folgedos*. Era nesta localidade que todos os anos, nos mês de junho, a brincadeira se apresentava tradicionalmente, em grande

estilo, apreciada por diferentes camadas da sociedade. O Anil constituiria um dos palcos onde as contradições e ambigüidades da sociedade ludovicense se revelavam.

Ao tratar da narrativa sobre a história do Bumba-meu-boi em São Luís-MA, no período de 1890 a 1920, considera-se necessário retomar a problemática, que fizemos na fase embrionária deste trabalho e refletir sobre os resultados que a pesquisa histórica nos possibilitou.

A supracitada problemática consiste: O que levava a sociedade ludovicense a denunciar e, ao mesmo tempo, participar das festas do bumba-meu-boi? Qual o significado da normatização da festa? Quais as estratégias de resistência dos brincantes?

Os eixos teóricos de nossa narrativa foram os conceitos de *espaço-território* e *perseguição-resistência*. É em torno desses eixos que elaboramos nossas considerações.

Os conceitos, como representações das experiências vividas, circulam no imaginário social e, portanto, são dotados de historicidade e mudam no tempo e no espaço. São criados, refletidos, criticados, vistos e revistos, re-criados, de forma constante, à medida que os processos históricos vão colocando novos problemas e os seres humanos buscam compreendê-los. Portanto, os conceitos são móveis, fluidos, e não categorias, que são mais fixas, engessam a discussão porque não permitem uma visão processual, histórica, nem permitem extrair o manancial teórico que se pode retirar de uma reflexão sobre esses espaços de conflitos constituídos historicamente, como no caso do bumba.

Os conceitos que utilizamos para o nosso trabalho foram “sugeridos” pelas leituras iniciais da bibliografia sobre o tema e, depois, pelas fontes documentais, quando constatamos o processo de expansão e transformação urbana da cidade de São Luís e as tentativas das elites e das autoridades governamentais enquadrarem os brincantes do Bumba-meu-boi.

No que diz respeito a espaço-território, de um lado, percebemos que as elites e as autoridades tencionavam dicotomizar o espaço urbano: o “centro civilizado” para si e os “subúrbios” ou “arrabaldes” para os populares. Mas percebemos, também, que estes últimos nem sempre aceitavam essa segregação espacial. Neste processo, o Governo busca medidas para *ordenar* os brincantes. Por outro lado, as pessoas saíam do “centro” para irem para o bairro do Anil, assistir o bumba. Então, há um jogo entre polarização e articulação entre os dois espaços. Assim, procuramos discutir esses dois espaços da seguinte forma: tanto pela

ótica dos conflitos e polarizações quanto em uma perspectiva dialógica, apreendendo a sua interatividade, comunicação, e/ou “troca”.

Este é o olhar, a perspectiva do pesquisador. O nosso ponto de vista.

Nesse sentido, argumenta-se: o discurso de “centro civilizado” nos apontou o espaço tomado, em São Luís, de modo “etnocêntrico”, como acontecia em algumas capitais do país, para auto-afirmação e auto-legitimação das elites e do Governo, estigmatizando os outros espaços e seus ocupantes, delimitando-os à sua margem.

Quando se fala *etnocentrismo*, vem à mente um elemento que cremos ser de grande valia para essa discussão, os “sistemas de valores”, que por sua vez, nos remetem, a modelos culturais, pondo em confronto culturas diversas. Com efeito, as “classes” “dominantes”, de alguma forma, se apropriam de mecanismos de poder, para imporem seus valores culturais, por elas vista como superiores, unilateralmente. Muitos membros das *elites* residentes nas áreas centrais do espaço urbano hostilizavam os moradores das áreas afastadas, tentando conter as práticas sociais dos moradores “periféricos” e, assim, paralelamente, impor suas próprias práticas cotidianas, expressando seu modelo cultural, atingindo as dimensões espaciais materiais, sociais e simbólicas da urbe.

Problematizando esta questão, buscamos embasamento no pensamento de Thompson (1981) acerca dos sistemas de valores, que alarga nossa percepção, quando nos possibilita refletir sobre a imposição (ou tentativa) de um certo grupo social em querer disseminar seus valores. Foi o que, aconteceu em São Luis-MA, quando uma pequena parcela da sociedade ludovicense, aí incluídos os dirigentes estatais, e valendo-se do seu poder, executou medidas repressivas, no sentido de disciplinar os espaços urbanos, pretensiosamente não aceitando outro sistema de valores alternativo em relação ao seu, perseguindo quem infringisse a sua concepção de “civilização”:

O Sistema de valor predominante é exatamente aquele que predomina [...] Além disso, o próprio sistema de valores “especifica” se os descontentamentos devem ou não surgir, isto é, ele inibe ativamente o aparecimento de valores alternativos e proporciona mecanismos controladores de tensão para solucionar as perturbações individuais relacionando com valores. (THOMPSON, 1981, p.90)

Não é descartada, no presente momento, a possibilidade de acontecer o inverso, ou seja, o “suburbano” podendo, potencialmente, se tornar um “centro”. Isso, claro, desde que a

abordagem teórica enfoque os locais. Nesse sentido, se isso acontece, o que dantes era denominado “arrabaldes”, passa a ser visto como o “centro”.

Essa discussão possibilita “muitos panos para as mangas” dos pesquisadores, uma vez que vai desvendar um mundo “encoberto”, conhecido como o mundo das representações, que muitos entendem como um “efeito de real”. Numa certa medida, este mundo é tão *real* ou *verdadeiro*, e até mais convincente, que o mundo cotidiano.¹ Tal concepção da autora Pesavento (2001) remete-nos a pensar na possibilidade das abordagens mais recentes tenderem a um plano mais “social”, inserindo elementos que antes não entravam em questão por serem estigmatizados como hostis à “cultura intelectual”. De certa forma, os próprios elementos simbólicos servem para exemplificar e corroborar a nossa intenção.

Sem embargo, a inserção de elementos simbólicos levou em consideração, e deu mais voz e representação, ao elemento *povo*, instigando os pesquisadores a romperem com alguns paradigmas tradicionais, que excluem o povo como integrante da história.

Nestes termos, a forma de conceber o espaço foi ampliada para referenciais mais abrangentes, procurou utilizar para a análise como o povo pensa e apreende o espaço em que vive, seja “centro” ou “subúrbios”, rural ou urbano.

Contrariando o que foi perpassado pelo academicismo durante anos, detectou-se que nem sempre o espaço construído, em alguns casos arbitrariamente pelas autoridades governamentais, é o apreendido, vivenciado, pelos populares.

Por isso é que, apesar de todo esforço despendido por parte dos governantes, tentando suprimir essas práticas culturais dos espaços da urbe, por meio de suportes repressivos, tais como Códigos de Posturas Municipais e exigências de petições à Secretaria de Polícia do Estado do Maranhão, Leis, Decretos-Leis, estas imposições não obtiveram êxito, como nos mostra a história, uma vez que os populares, diante das adversidades e perseguições, criaram táticas de resistência. Algumas vezes, inclusive valendo-se das ferramentas dos opressores, para construir formas de interagirem socialmente, auxiliando-se da circularidade cultural e do hibridismo, modificando e recriando suas práticas sociais, quando estavam em contato com as culturas hostis.

Por absorção, não queremos dizer que os populares perderiam sua “originalidade”, suas especificidades, mas nossa intenção é explicar que, mesmo em contato com a cultura *hegemônica*, a cultura desses populares apreende valores desta e os transforma conforme a sua singularidade social. Essa ocorrência confirma o pilar que sustenta uma teoria da cultura que se apresenta como dinâmica e sujeita às mudanças do processo histórico.

Ora, os brincantes eram “periféricos”, no sentido desqualitativo da palavra, para uma elite. Contudo, apesar de ter atribuído essa adjetivação ao povo, a mesma nem sempre foi apreendida, pois os populares institucionalizaram em sua memória o “centro” localizado na “periferia” mais especificamente, o sítio do Anil.ⁱⁱ A um ponto que a própria elite acabará por elaborar outra denominação, para o Anil, “a capital dos folguedos”, como encontramos nos jornais, já citados anteriormente.

Os vestígios do passado, mais especificamente, as notícias dos periódicos do período, corroboram essa interpretação de que: nem sempre a cidade projetada é a vivenciada e apreendida pela população. Em outras palavras, mesmo que a “elite local” se empenhe em proferir estigmas, relacionando a “periferia” como sinônimo de barbárie, contrapondo-a ao “centro civilizado”, o que acontece, na prática, é a não concretização desses modelos, ou sua concretização em termos. Mesmo sendo arbitrariamente inserido nas mentes dos populares desse período que o “centro” era o espaço dos “civilizados”, detectamos o traslado de moradores desse espaço em direção ao Anil (periferia). Ora, se o “centro” era o local dos “civilizados”, o que esses cidadãos faziam indo para os arrabaldes da cidade no mês junino? É claro que não podemos esquecer que havia populares que moravam nos porões de sobrados da cidade, mas também havia pessoas que passavam a temporada de festas no Anil, em casas alugadas, o que nos leva a supor que fossem pessoas com certas condições de vida. Retomando uma citação já feita no capítulo anterior, que estabelece a diferença entre famílias, rapazes e povo.

Parece-nos que, a julgar pela animação reinante haverá hoje e amanhã, uma grande movimento de **famílias, rapazes e povo**, muito povo, para os arrabaldes, a fim de apreciar as festas joaninas o Anil será o termo das jornadas, o ponto capital das peregrinações, o ponto principal do folguedos. Já lá estão muitas famílias aboletadas. Outras inúmeras, irão nas duas noites tradicionais gosar as delicias de São João nos subúrbios. (*O Pacotilha, São João no Anil, 23 jun. 1922, p.01*). Grifo nosso.

Esses registros nos remetem a pensar que a relação entre essas duas localidades são paradoxais ou ambíguas, não existe parâmetro pré-estabelecido que legitima esses espaços atuarem sem interação, ou seja, nem sempre a construção do espaço almejado teoricamente é o vivenciado na prática pelas pessoas no cotidiano. Assim, essas relações não se limitam à

área física, embora fosse essa a intenção da elite ludovicense, difundindo esse discurso naquele momento histórico. Essas interações envolvem sentimentos, práticas sociais, enfim, um conjunto de significações emblemáticas que estão além dessa visão finita, condensada na dicotomia entre “centro”- “arrabaldes”. Atingem dimensões maiores: políticas, econômicas e sociais, carregadas de valores simbólicos.

A visão dicotomizante de mundo foi produzida muito antes do período de nossos estudos, por volta dos anos de 1950, com a denominação centro-periferia, que ainda persiste no senso comum e na própria academia. Os conceitos de centro e periferia eram apresentados sob formas “fixas” (como categorias estruturais) e dicotômicas, sem incorporarem o diálogo “circular” entre os espaços, limitando o campo de possibilidades das pesquisas; O processo do crescimento acelerado das cidades, e de suas complexidades, proporcionou outros olhares sobre o referido objeto, uma apreensão do movimento, das mudanças.

A dualidade inviabilizava qualquer dinamicidade no interior destes espaços, pois qualquer mudança ou movimento que se pense, já estaria limitada por uma situação pré-estabelecida. Em outros termos, embora haja inúmeros acontecimentos nesse espaço qualificado como “centro” e, conseqüentemente, no da periferia, eles estarão limitados por uma situação precedente, ou seja, as estruturas. Thompson já chamava a atenção sobre o perigo da inserção das estruturas, no processo histórico, percebendo que esse conceito aprisionava tanto as evidências históricas como o pesquisador.

As categorias são categorias de estase, mesmo que sejam então postas em movimento como partes móveis. O movimento só pode ocorrer dentro do campo fechado dos sistemas ou estruturas; isto é, por mais complexo e mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, este movimento está encerrado nos limites gerais e determinações da estrutura pré-dada. (THOMPSON, E.P, 1981, p. 97)

Então, as modificações conceituais instituídas historicamente, e o rompimento parcial, por um lado, também com as *estruturas*, nos dão subsídios para citar exemplo desse alargamento teórico. Dentre muitos, merece destaque a inovadora contribuição gerada pelos estudos interdisciplinares, onde diminui o fosso entre as ciências sociais, geografia,

antropologia, sociologia e outras. A aproximação entre esses campos possibilitou a descoberta de novos horizontes para um estudo mais *social* e representativo desses espaços,

Uma contribuição significativa, nessas novas perspectivas, vem das reflexões sobre o *local*, como, o espaço pensado enquanto um lugar comum ao cidadão, em que este desenvolve suas práticas cotidianas, de morar, trabalhar, ter lazer, enfim, todas essas atividades ligadas à vida comum, na qual esse espaço proporciona uma lógica própria e diversificada dos outros locais e espaços.

As representações enraizadas no imaginário social, acerca do *local*, estabelecem sua associação com várias imagens: proximidade, familiaridade, estabilidade, interatividade, convivência, herança compartilhada, pertencimento e identidade... De uma perspectiva política, constitui a face mais visível e imediata do poder. De uma dimensão cultural, é vislumbrado como o espaço da autenticidade, das raízes culturais, em que prima a tradição e se afirma a diversidade. De uma dimensão sócio-temporal, é o espaço do cotidiano, da vivência (SILVEIRA, 2000, p. 164).

Eis o porquê dos geógrafos contemporâneo não atuarem mais da mesma forma que outrora, quando abordavam questões da natureza de espaços, regiões, locais, apenas sob a égide do empírico (no sentido “concreto”), conforme diz Bourdieu: “*O Geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê (...) Os geógrafos limitam-se frequentemente à análise do conteúdo concreto do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas administrativas da região.*” (BOURDIEU, 2005. p. 35)

Alargando os seus horizontes, os geógrafos, em décadas recentes, procuraram outras perspectivas epistemológicas, buscando, desse modo, (re)pensar suas teorias em torno da representação do espaço. Sem descartar as relações de poder entre os espaços, têm incorporado as estratégias e modos de resistência diante dos processos de hegemonização, ou seja, uma visão mais dialógica. A Geografia Crítica proporcionou um outro olhar: “*É uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social*”, capaz de “*opor resistência à homogeneização da sociedade e do espaço pelo capital monopolístico e hegemônico.*” (SILVEIRA, 1999, p. 5)

A mesma historiadora Silveira apresenta várias possibilidades de apreensão do espaço:

O conceito de Espaço é extremamente polêmico nas ciências da sociedade, em cuja trajetória, várias “escolas” produziram diferentes formulações, que podem ser agrupadas em algumas vertentes distintas:

- a) *espaço enquanto categoria de análise*, sem existência empírica e sem ser objeto específico dos geógrafos;
- b) *espaço enquanto atributo dos seres*, também, nesse caso, não sendo objeto específico dos geógrafos;
- c) *espaço enquanto ser específico do real*, objeto da Geografia;
- d) *espaço enquanto junção das vertentes a , b e c*. (SILVEIRA, 1999, p.3)

A autora referida aponta, ainda, como estudar o espaço não excluindo as bases físicas, mas articulando-as com as bases sociais, até porque espaço e a sociedade estão imbricados no território da cidade. Mostrando como o historiador poderia atuar nesta problemática, sem ignorar o empírico espacial, da mesma forma que não pode ignorar o empírico temporal, mas ultrapassando-os, não se limitando apenas ao que está materializado paisagística ou cronologicamente, transcendendo para o que se inscreve como humano nas paisagens.

Ora, com os alargamentos epistemológicos, emergem conceitos que estavam submersos no *subsolo* do campo teórico, talvez com seus elementos fragmentados e dispersos, impedidos de se manifestarem, devido aos entraves das abordagens tradicionais deterministas toldando os olhos dos pesquisadores. Esses conceitos, até então “soterrados”, passam a ser articulados por “arqueólogos teóricos” em suas “escavações”, escavações essas que lhe proporcionaram encontrar teorias novas, e novas formas de re-ver as anteriores, por meio de investigações hermenêuticas.

Mas o fato de entendermos a olharmos com restrições os estudos tradicionais, que precederam os atuais em relação à problemática do espaço, não significa discriminá-los. Essa concepção de espaço que temos na atualidade, seria muito difícil, quase impossível, de ser pensada pelos teóricos tradicionais, devido à falta de disponibilidade de informações e às perspectivas ideológicas de sua época. Poderia dizer que somos privilegiados, por termos acesso a inúmeras informações e contribuições deixadas por esses pesquisadores nossos antecessores. Um outro aspecto limitativo era a separação entre as áreas do conhecimento: no caso do espaço, este era objeto de estudo quase exclusivo dos geógrafos.

A interdisciplinaridade mudou as formas de vermos o mundo. Muitas relações existentes no espaço não eram percebidas, por falta de concatenação entre teoria e metodologia. Outro limite para as interpretações foram as escalas espaciais, visto que os primeiros estudos sobre as relações entre espaço e sociedade privilegiavam a escalas macroⁱⁱⁱ, pendendo para a criação de categorias *estruturalistas*, que cristalizavam o *real* e impediam, em conseqüência, o alargamento do objeto de pesquisa. Esse método de abordagem, de alguma forma, deixou suas contribuições; por outro lado, não podemos negar a fragilidade teórico-metodológica desses “conceitos-estruturas”, por ocultarem muitos detalhes do espaço, inclusive as suas diferenciações e conflitos internos.

A partir dos anos 80 do século XX, houve um grande interesse por estudos locais e regionais e sua retomada, que coincidem com essa visão do “micro”. Por conseguinte, no âmbito desse alargamento teórico, as análises foram sendo mais refinadas, para além das escalas de territorialidade nacional-internacional.

Tais abordagens mais recentes estão sendo elaboradas com base nas reflexões sobre os processos dialéticos de desterritorialização e reterritorialização em ocorrência no âmbito da globalização, articulando as várias escalas (global-nacional-local), engendrando novas dinâmicas espaciais: o que era “periferia”, pode tranquilamente sair deste status “atribuído” e transitar para o “centro”, através de um “status adquirido”. O próprio Anil era um sítio afastado do núcleo urbano de São Luís, no período abordado por nosso estudo; na atualidade, o mesmo está inserido na área urbana desta capital. Para melhor explicitar, um exemplo mais próximo na região central da mesma cidade: o bairro da Madre de Deus, que hoje é, praticamente, “centro” e, outrora, no fins do século XIX e inícios do século XIX, fazia parte do subúrbio da cidade. Portanto, essas percepções estão vinculadas às escalas de observação diferenciadas, adotadas pelo pesquisador.

Assim, é cabível e indispensável, nesta discussão, a *micro-história*. Para nós, historiadores, essa escala de abordagem nos despertou para elaborarmos representações mais específicas, que, articuladas com o *micro-espaço*, tanto injetou o *social* no espaço quanto injetou *espaço* no social.

Precavidos sobre os cuidados com a apropriação de conceitos, procuramos ser cautelosos ao nos referirmos a esse “micro” na análise, para não correremos o risco de colocá-lo como independente do *geral*: “*No que concerne, o objeto, o local aparece como uma espécie de modelo, reduzido de dinâmica geral: uma amostra que se dirá às vezes aleatória e*

às vezes calculada.”¹ (SALGUEIRO, 2001, p.193). Pois o seu uso tem maior riqueza quando houver um diálogo com o *geral* (escalas mais amplas), para melhor expor sua representação. Em outras palavras, não basta apenas uma mudança apenas no nível de escala, colocando e supervalorizando, de forma unilateral, a história de um espaço sobre outro, seja ela do “centro” sobre a “periferia”, numa ótica verticalizante; nem vice-versa, pois, neste caso, não entenderíamos as relações de poder. Foi preciso perceber as relações recíprocas existentes entre esses espaços (centro e periferia), num plano espacial horizontal, diferente de outras abordagens que representaram os espaços com generalizações e de modo estático, sem interação. Essa visão generalizante “*pensa o espaço como um sistema hierarquizado de relações entre objetos espaciais ou entre espaços em via de mão única (ou seja: o espaço dominante imprime a História do espaço subordinado e faz desaparecer as especificidades deste)*”. (SILVEIRA, 1999, p.04). Essa falta de interações espaciais, não percebidas pelos pesquisadores, não apenas negligenciou as especificidades dos espaços, como exclui no tempo os populares, considerando-os como seres passivos, que *sofrem a história* e não a constroem.

Foi, pois, com estes elementos teóricos que buscamos um enfoque de caráter social dos espaços, que nos permitiu compreender a expressão do Bumba-me-boi nas relações e diferenciações internas e nas relações de poder do espaço urbano de São Luís-MA, especialmente focando conflitos e resistência.

A própria disciplinarização daquele espaço urbano era política e prática que vinha se difundindo no país, no período de nosso recorte temporal (XIX-XX). Intervenção no espaço, assim como a dos brincantes de cordões de bumba-meu-boi, que fizeram da periferia a sua identidade, o seu “centro”, típico da intervenção do homem na natureza, pois os populares apropriaram-se e modificaram o espaço- periferia, a ponto da mesma ser identificada com seu espaço por *excelência*. “*Esse foi o cenário dos brincantes de bumba meu boi ludovicenses , onde seus espaços foram se constituindo em meio as relações conflituosas*”, perante as perseguições ferrenhas das autoridades locais que, se valendo de mecanismos de poder, tentaram silenciar os populares na História, relegando suas práticas culturais aos arrabaldes da cidade.

Mas o importante é atentarmos para as direções tomadas a partir desses alargamentos, e o processo interativo, que possibilitou ao homem construir seus espaços, mesmo diante de adversidade. Mesmo diante dos obstáculos, os brincantes desenvolveram estratégias de resistências/ sobrevivência, nesse sentido, constituindo historicamente seus espaços.

Essa interpretação contrapõe-se às generalizações conceituais: a: “*generalização é o procedimento abstrato e processo de abstração: seu resultado inscreve-se na ordem das representações. Ela opera por seleção dos termos comum e perda de singularidade, do detalhe da diferença, considerada como secundária*” (SALGUEIRO, 2001, p.194), ocultando as diferenças internas, silenciando certos pormenores, detalhes esses interessantes para uma possível construção de uma análise que mais se aproxime, não necessariamente, de toda a complexidade das experiências humanas, mas com uma riqueza pormenorizada, bem maior, desses espaços, os micro-espaços de conflito e de disputas de poder, seja ele político, econômico, social ou cultural. Na periferia, apresenta-se uma variedade de grupos e espaços étnicos, bastantes diversificados, vários grupos de danças e de brincadeiras populares, bumba-boi, tambor de crioula, entre outras.

. Não podemos pensar mais, assim como foi pensada outrora, de formas deterministas, associando a sociedade aos espaços urbanos, como um todo, nem sempre as coisas se dão desse modo. O fato de uma pessoa morar na periferia não quer dizer que a mesma, necessariamente, segue os mesmos moldes culturais dos grupos locais, o mesmo se diz das pessoas residentes no *centro*. Na verdade, dentro de cada espaço, existe uma diversidade de modelos culturais, que serão apreendidos de diferentes formas pelos seres humanos, como lhes for conveniente.

“Nos processos sócio-espaciais, ocorrem interações culturais, numa perspectiva circular, entre populares e elites”, seja através de conflitos abertos, no caso, com o uso da violência física, ou nos conflitos coercitivos, uso da violência simbólica, aproveitando-se do aparelho estatal, criando leis orgânicas (Códigos de Posturas Municipais), que censuravam quaisquer manifestações populares no perímetro urbano, salvo raras exceções, quando os brincantes se sujeitavam a solicitar licenças para poderem sair com suas brincadeiras nas ruas de São Luís. Ao mesmo tempo em que tais medidas eram uma forma das autoridades monitorarem para reprimirem; por outro lado, havia uma resistência sutil por parte dos brincantes, quando insistiam em continuar desfilando, com ou sem autorização.

Os discursos elaborados constituíam representações de uma elite minoritária, mas que, embasada em paradigmas da “hegemonização” cultural, buscava se autoafirmar e legitimar-se perante as classes populares, impondo, arbitrariamente, seus sistemas de valores, hostis aos sistemas das classes populares.

Na prática, não houve, de forma completa, esse domínio sobre os espaços, pois uma parcela da sociedade resistiu e ainda resiste a tais mudanças. A resistência faz parte do cotidiano desses populares, que souberam constituir sua identidade no espaço e um espaço de

identidade, criando suas próprias dinâmicas, de acordo com o seu lugar social, ou seja, um “*macro dentro do micro*”.^{iv} Retomando a idéia de que nem sempre a cidade projetada, de acordo com pensamento de muitos engenheiros do referido período (1890-1920), é a vivenciada pelos habitantes, diz uma autora “*Os critérios do urbano dependem não só da política administrativa ou da prosperidade econômica, mas dos conceitos de apreensão do lugar por partes de seus habitantes*”(SALGUEIRO, 2001, p.25). Há sempre uma força agindo no sentido inverso dessa perspectivas, manifestada na resistência dos habitantes, numa espécie de força oposta, ou até mesmo uma ação social como que para alertar que nem todos foram absorvidos abruptamente pelas inúmeras mudanças que permeiam a sociedade. Comungamos com a seguinte idéia: para compreender a cidade, deve-se separar *analiticamente* a sociedade e seus espaços, pois eles evoluem segundo temporalidades diferentes; mas, também, pensá-los juntos, em suas articulações e confrontos. Generalizar, por um espaço, o todo urbano, é reducionismo.

Assim atentos, pudemos perceber as diferenças existentes entre os brincantes de um determinado local, (na periferia, por exemplo) mas que desenvolvem práticas sociais peculiares (numa espécie de identidade), diferentes, ou seja, dos espaços centrais da urbe, denominados, “centro”. Nesses espaços, desdobram-se inúmeras formas de apropriações do mesmo, seja de forma físico-ambiental, seja de forma representativo-simbólica, dentre os seus campos de possibilidades. E os brincantes de “bumba-meu-boi” do século XIX desenvolveram suas estratégias de sobrevivência (resistência no seu espaço), á luz de suas dinâmicas “locais-espaciais”, e, mesmo dentro do processo de disciplinarização dos espaços citadinos, conquistaram e resistiram, demarcando seus espaços, fossem “étnicos”, político, econômico e social com as suas atuações. Ora através desta hostilidade, a periferia acaba se tornando, nesse momento, o local por excelência destes manifestantes populares (no imaginário social), característico, então, das identidades culturais desses grupos, que procuravam se afirmare nas diferenças. Nessa ótica, o local onde o cidadão morava, já era indutivamente ligado a sua posição social, noutros termos, a pessoa era identificada e/ou hostilizada, através do espaço ocupado; se, porventura, residisse na área denominada como centro, era vista na sociedade de uma forma, o que não acontecia com os habitantes das áreas periféricas. O local era um lugar, um demarcador social.

Portanto, aprendemos, nesta caminhada, que a riqueza de nossas pesquisas está na postura metodológica e teórica escolhida e, por conta disso, nas perguntas que lançamos ao tema de estudo. Isso possibilitará demonstrar o nosso grau de abstração, pois a ciência trabalha desse modo, abstrai um objeto de estudo, extraído da sociedade, para analisá-lo e

estabelecer os elos entre as suas percepções e as experiências vividas no social. Abstraímos para entendermos as representações e conflitos entre os espaços, para entendermos a dinâmica do local, respaldados nas mudanças históricas, pois os conceitos se modificam conforme seu tempo histórico. A História não se repete de forma cíclica, como queriam os metódicos do século XIX, criando leis universais para as ciências humanas. Como estabelecer leis universais, para algo que está em constante mudança, que não se repete? Contrapor-se a isto, exige uma visão que chamamos de dialética da história.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Thomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

NEVES, Margarida de Sousa. O povo na rua um conto de duas cidades. In PECHMAN, Robert Mouss (Org). **Olhares sobre a Cidade**. RJ: UFRJ, 1994.

O Pacotilha, São João no Anil, 23 jun. 1922, p.01

PESAVENTO, Sandra Jathay. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8. n.16, 1995. p. 5 - 25

_____. **Uma outra Cidade: O Mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Nacional, 2001.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org). **Por uma Nova História urbana /Bernard Lapetit**. Tradução de Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SILVEIRA, Rosa M. Godoy. O Regional e o Local. Curso de Extensão: “500 Anos. Paraíba em Revisão Histórica e Historiográfica”. João Pessoa: 1999.

_____. Poder Local e Poder Central. In **Anais do IX Encontro Estadual dos Professores de História**. João Pessoa-PB: ANPUH/ Sal da Terra, 2000. volume único, p. 162- 172.

THOMPSON, E.P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros : Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1981.

*A presente pesquisa consiste em um fragmento da minha dissertação de Mestrado, apresentado junto ao Programa de Pós Graduação em História PPGH-UFPB

** Mestrado em História e Cultura Histórica -UFPB, Graduado em História (UVA-SOBRAL) e Graduado em Filosofia. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Professor do Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF. wagnerone2@gmail.com

ⁱ Mais detalhes, consultar, PESAVENTO, Sandra J. **Uma outra Cidade: O Mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Editora Nacional, 2001 p.09

ⁱⁱ Atualmente, um bairro de São Luis-MA, mas que, nesse período era a “periferia” da cidade, ou até mesmo, considerada à área rural da ilha grande (São Luis)

ⁱⁱⁱ Utilizo a palavra macro metaforicamente, representando um possível estudo de caráter “total”, confrontando o termo *micro*, ao não retratar de forma mais detalhada os espaços, os teóricos se concentravam na elaboração de conceitos, que, na maioria das vezes, mais os impediam de enxergar além de um conjunto genérico, sobretudo quando utilizavam categorias estruturalistas.

^{iv} Grifo nosso, Esse termo, usamos apropriando-o da micro-história, na qual procuramos nos fundamentar. Em um determinado recorte que estabelecemos em nossas pesquisas, tomado como ponto de análise, seria um micro, entretanto, no interior do recorte, no caso, o espaço, existe toda uma dinâmica social, que somando ao contexto geral forma uma “historia como um todo”. Porém, quando digo um macro dentro do micro estou argumentando a existência de um “todo social” inserido no micro, no sentido metafórico.